PROJETO DE LEI № 01**4**/2020

DE 11 DE MARÇO DE 2020.

APROVADO EM Ja DISCUSSÃO
POR Unanimidade
dos presentes.
SALA DAS SESSÕES, <u>22 105</u> 1 20 <u>20</u>

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres - CMDM, e dá outras providências."

PRESIDENTE JOSÉ JUAREZ DIÓGENES TAVARES, Prefeito Municipal de Iracema, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Iracema **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica criado, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.
- **Art. 2º** O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Município de Iracema.
- **Art. 3º** O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM possui as seguintes atribuições:
- I desenvolver estudos, projetos, seminários e congressos, com o objetivo de combater as discriminações e ampliar os direitos da mulher na busca da verdadeira cidadania;
- II promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;
- III avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município de Iracema;
- IV propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração do Plano Municipal dos Direitos das Mulheres, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;
- V acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política Rua Delta Holanda 19 Centro Cep: 62.980-000 Iracema-Ceará Fone: 088 3428-1512 CNPJ: 07.891.658/0001-80 dec20051 reparado

formulada, bem como para o adequado funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres;

VI – acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;

VII – elaborar e apresentar, anualmente, à <u>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres / Assessoria de Políticas para as Mulheres / Secretaria de Políticas para as Mulheres / outra secretaria à qual o CMDM esteja vinculado, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando-lhe ampla divulgação, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;</u>

VIII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;

IX – oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;

X – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

XI – articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, estaduais, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;

XII – analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;

XIII - promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XIV – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas;

XV – elaborar o Regimento Interno do CMDM e participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas dos Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional, e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XVI – organizar em conjunto com a <u>Coordenadoria de Políticas para as Mulheres / Assessoria de Políticas para as Mulheres / Secretaria de Políticas para as Mulheres / outra secretaria à qual o CMDM esteja vinculado as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPM.</u>

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres - CMDM - será composto por integrantes efetivos e suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão

Rua Delta Holanda – 19 – Centro – Cep: 62.980-000 - Iracema-Ceará – Fone: 088 – 3428-1512 CNPJ: 07.891.658/0001-80 dec20051 reparado

representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

- I 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria Municipal da Educação, a serem indicadas pelo/a titular da Pasta;
- II 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria Municipal da Saúde, a serem indicadas pelo/a titular da Pasta;
- III 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, a serem indicadas pelo/a titular da Pasta;
- IV 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria Municipal da Administração,
 Planejamento e Finanças, a serem indicadas pelo/a titular da Pasta;
- V 01 (uma) titular e uma suplente da Secretaria Municipal da Infraestrutura e Meio Ambiente, a serem indicados pelo/a titular da Pasta;
- **Art. 6º** A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por representantes titulares e respectivas suplentes das instâncias não governamentais, legalmente constituídas e em funcionamento (há mais de dois anos) no âmbito do Município, ligadas à promoção e à proteção dos direitos das mulheres e de movimentos de mulheres que participam de ações e das lutas dos direitos das mulheres. Para tanto, serão oferecidas as seguintes vagas:
- I 01 (uma) titular e uma suplente representante sindical;
- II 01 (uma) titular e uma suplente representante do movimento negro;
- III 01 (uma) titular e uma suplente representante do movimento de pessoas com deficiência;
- IV 01 (uma) titular e uma suplente representante do movimento LGBT+;
- V 01 (uma) tițular e uma suplente representante do movimento de juventude;
- (...e mais quantos movimentos houver interesse de incluir, até igualar ao Poder Público.)
- **Art. 7º** Serão convidadas a participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher CMDM, com direito a voz, sem direito a voto:
- I Representante do Ministério Público do Estado do Ceará MPCE;
- II Representante da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará DPGCE.

Rua Delta Holanda – 19 – Centro – Cep: 62.980-000 - Iracema-Ceará – Fone: 088 – 3428-1512 CNPJ: 07.891.658/0001-80 dec20051 reparado

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM – poderá convidar para participar de suas reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da reunião e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

- Art. 8º A eleição das representantes da sociedade civil organizada para o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM será realizada em assembleia durante a Conferência Municipal de Políticas para Mulheres, nos anos em que coincidirem a eleição de ambos, realizadas de acordo com o calendário nacional (de quatro em quatro anos), e nos anos que não houver a coincidência, tal eleição será feita em ação municipal específica (assembleia, plenária, fórum, etc).
- § 1º As entidades só poderão inscrever representação no processo eleitoral se tiverem no mínimo, comprovadamente, dois anos de existência devidamente registrada em cartório e com reconhecido trabalho em prol dos direitos das mulheres.
- § 2º As representantes do movimento de mulheres só poderão se inscrever no processo eleitoral se, comprovadamente, tiverem trabalhos voltados a ações pelos direitos das mulheres e comprovada participação das ações promovidas pelo Município de Carapicuíba, através da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres.
- **Art. 9º** Caberá ao Poder Público a indicação da composição governamental as representantes efetivas e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Comissão Eleitoral.
- **Art. 10º** O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de sua presidenta ou a requerimento da maioria das Conselheiras.
- Art. 11º O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM deverá ser elaborado no prazo de 03 meses, a partir da eleição do Conselho.
- **Art. 12º** O mandato das Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM será de dois anos, permitida apenas uma única recondução.
- **Art.** 13º O desempenho da função das Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres CMDM não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, mas será considerado serviço relevante de interesse público, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.
- **Art. 14º** A Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher CMDM.



Art. 15º - O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres - CMDM - deverá ser instalado em local destinado pelo Município, incumbindo à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social a adotar providências para tanto.

Art. 16º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 11 de março de 2020.

José Juarez Diógenes Tavares Prefeito